

Ata nº 4/2018

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas nove horas e 12 minutos, na Sala dos Reitores da Reitoria da Universidade de Lisboa, reuniu o Conselho Geral da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata da reunião anterior (27 de setembro);
- 2 - Informações;
- 3 - Alteração dos mapas de pessoal;
- 4 – Aprovação do Relatório de Gestão e de Atividades - 2017;
- 5 - Outros assuntos.

Presidiu à reunião a Presidente do Conselho Geral, Dr.^a Leonor Beleza. Estiveram presentes os membros que figuram na lista que constitui o anexo 1 à presente ata.

Nos termos do nº 2 do artigo 10.^o do Regimento do Conselho Geral, a Conselheira Dra. Graça Pissarra foi designada pela Presidente para a coadjuvar, na preparação da ata da presente reunião.

A Presidente informou sobre os Conselheiros que não poderiam estar presentes.

1 – Aprovação da ata da reunião anterior (27 de setembro)

Posta à votação, a ata nº 3/2018 foi aprovada por unanimidade.

2 - Informações

A Presidente passou a palavra ao Reitor, que propôs transmitir as informações no ponto “Outros assuntos”.

3 - Alteração dos mapas de pessoal

Foi dada a palavra ao Reitor, que informou que as alterações propostas tinham sido escrutinadas pela Direção de Recursos Humanos (DRH) da Reitoria, acrescentando que nenhuma das alterações propostas afetava o equilíbrio orçamental das Escolas.

Postas à votação, as alterações ao mapa de pessoal da FMH foram aprovadas por unanimidade.

4 – Aprovação do Relatório de Gestão e de Atividades - 2017

Foi dada a palavra ao Reitor, que enquadrou o documento previamente distribuído, disponibilizando-se para responder a quaisquer perguntas.

Explicou a dificuldade especial do fecho de contas este ano, por ter sido o primeiro ano de implementação do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em toda a Universidade, com exceção do IST, que só efetuou a transição do POC-Educação para o SNC em 2018. Esta mudança implicou o desenvolvimento de um novo sistema informático integrado para a gestão financeira e de recursos humanos, pioneiro na Administração Pública, com todas as perturbações normalmente associadas a uma mudança com a amplitude da que aconteceu.

Referiu que o sucesso na implementação do novo sistema só foi possível pelo empenho dos trabalhadores Administrativos e Técnicos das áreas do Recursos Humanos, de Compras e Financeira da Reitoria e das Escolas. Em especial, a consolidação de contas na Universidade foi de especial complexidade, por ter envolvido as contas das Unidades que aplicaram pela primeira vez o SNC-AP com o IST, que fechou contas em POC-Ed, e as instituições de direito privado que consolidam com a Universidade e aplicam o SNC.

Referiu que o resultado líquido das contas consolidadas de 2017 é marginalmente positivo. Alertou para a probabilidade do saldo transitado diminuir em 2018, como resultado da execução de obras na Faculdade de Medicina e na Residência Universitária do Pólo da Ajuda.

Informou que algumas páginas do documento distribuído inicialmente, deviam ser substituídas pela agenda distribuída no início da reunião, como consequência de uma pequena correção relacionada com a classificação das imparidades relacionadas com a desativação do reator nuclear do IST.

Referiu, também, o impacto no Balanço nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e de Património Líquido (Ajustamentos de transição), devido à correção do valor dos terrenos da Universidade no âmbito da

transição para o SNC-AP, tendo-se optado pela sua contabilização pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT). Manifestou o seu descontentamento pelo impacto negativo deste ajustamento na conta de resultados transitados, no âmbito da aplicação do SNC-AP, no que foi acompanhado por outros Conselheiros, uma vez que este resultado não é realista em relação à real execução financeira da Universidade.

Finalizou agradecendo o trabalho do Gabinete de Estudos e Planeamento da Universidade, responsável pela elaboração do Relatório de Gestão com uma diminuta intervenção da Equipa Reitoral.

A Presidente do Conselho Geral, Dra. Leonor Beleza, tomando a palavra, elogiou o trabalho refletido em todos os documentos apresentados, que contêm uma descrição detalhada e precisa do que é hoje a Universidade de Lisboa, a qual serve para aprofundar a nossa noção do que é a Universidade para além das suas partes, e uma desmonstração de que a Equipa Reitoral deve sentir o seu dever cumprido no que respeita à promoção da assimilação entre as duas anteriores Universidades.

Passada a palavra aos Conselheiros, o Conselheiro Dr. Nuno Amado pediu um esclarecimento sobre uma classificação de rubrica e sobre algumas particularidades contabilísticas dos resultados, as quais o Reitor esclareceu.

Questionou, também, se as duas Escolas que estavam em desequilíbrio orçamental no passado já tinham corrigido a situação, ao que o Reitor respondeu que sim, acrescentando que as execuções orçamentais das Escolas com maiores fragilidades são acompanhadas mensalmente pela Reitoria.

O Reitor manifestou a sua preocupação com o impacto financeiro da resolução dos vínculos precários para 2019, especialmente em algumas Escolas, pelo que é provável que estas situações venham a ser discutidas em Conselho Geral, dado que, por exemplo, numa Escola o impacto desta regularização pode implicar a duplicação da despesa com pessoal.

O Reitor informou sobre as diligências que tem feito, e continuará a fazer, no sentido de alertar os decisores para esta situação e prevenir os respetivos impactos.

Aproveitou para destacar o número de Alunos de graduação em 2017, que chegaram aos 49.000, informou que há 4 Docentes da ULisboa na lista de Highly Cited Researchers de 2018 e que houve um grande incremento do número de estudantes brasileiros, resultante não apenas das contingências

sociopolíticas do país, mas também do esforço de divulgação que tem sido feito pela Universidade de Lisboa no Brasil.

O Conselheiro Doutor Emílio Ribeiro, usando da palavra, questionou se a Universidade de Lisboa terá capacidade de atração de estudantes e investigadores que estão no Reino Unido e pretendem sair face ao Brexit.

O Reitor reconhece o potencial destes Investigadores, mas julga que a Universidade de Lisboa terá pouca capacidade de atração, dado que os vencimentos que pode pagar não são competitivos.

Além disso, há que ter em conta que, nos termos da proposta de orçamento de Estado (OE), não podemos aumentar mais de 3% a massa salarial em 2019, o que é manifestamente pouco face ao descongelamento das carreiras, ao aumento salarial da função pública, ao aumento do salário mínimo (este com um impacto significativo nos SAS) e à possibilidade de realizar progressões gestionárias no âmbito do SIADAP, pelo que teremos pouca margem para contratação.

O Conselheiro Emílio Ribeiro lamenta que não haja uma estratégia nacional de atração de talentos científicos em situações de oportunidade, pois permitiriam rejuvenescer a comunidade e aumentar a produção científica.

O Conselheiro Dr. Nuno Amado questionou sobre a natureza e distribuição do orçamento do projeto EURO FUSION-IST e foi esclarecido pelo Reitor.

Não havendo mais questões ou pedidos de intervenção, foram colocados à votação, e aprovados por unanimidade, o Relatório de Gestão e o de Atividades de 2017.

5 – Outros assuntos

Tomando a palavra, o Reitor informou que na próxima reunião o Conselho Geral deverá apreciar uma proposta de alteração aos Estatutos da ULisboa, decorrente da alteração legislativa que implica que constem dos Estatutos as categorias dos cargos dirigentes. Esta alteração deverá implicar a alteração de um Anexo aos Estatutos. Nas Escolas deverão ser igualmente alterados os Estatutos pelo mesmo motivo.

Relativamente às obras nas Residências, o Reitor fez o ponto da situação:

- Residência do Campus da Ajuda: está a decorrer de acordo com o último planeamento. Entrega prevista entre 30 de abril e 15 de maio de 2019. Começará logo a operar, pois a aquisição de equipamento está a decorrer em paralelo.
- Residência da Av. das Forças Armadas (Cantina 2): tem projeto de execução e todos os projetos concluídos. Entretanto os custos de construção estimados inicialmente aumentaram. Espera lançar o concurso em dezembro de 2018/janeiro de 2019, logo após a aprovação do projeto pelo MCTES de forma a que a obra se inicie no Verão e esteja pronta no final de 2020.
- Foi assinado o contrato com o Arquiteto responsável pelo projeto de execução do primeiro edifício da nova Praça Central (espaço entre a Biblioteca Nacional, o ISCTE, o IGOT, Medicina Dentária e a FP+IE), cujo projeto deve ser entregue dentro de 6 meses. Logo que seja aprovado projeto, será lançado o concurso. Mais tarde, nesta reunião, foi possível ver duas imagens deste projeto.
- Está em fase de planeamento um concurso para a concessão de um Parque de Estacionamento de 3 pisos subterrâneos neste espaço, na expectativa de que a antecipação de recursos financeiros daí decorrente permita a construção de mais 300 camas: idealmente 600 das 900 camas previstas, todas de gestão direta pelos SAS.

Continuando o Reitor no uso da palavra, referiu a necessidade de a Universidade contribuir para regular o mercado de aluguer de quartos/casas a Estudantes, na cidade de Lisboa, devido ao custo inabarcável para as famílias. Informou que poderemos vir a ponderar fazer residências concessionadas no terreno que existe no Parque das Nações. Reforça que não há nenhum financiamento do OE para a construção de residências. Informou que o Primeiro-Ministro anunciou que será construída uma Residência Universitária no edifício do antigo Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro, em Lisboa.

O Conselheiro Dr. Nuno Amado questiona o Reitor sobre a possibilidade de fazer uma permuta de terrenos com o terreno do Parque das Nações, uma vez que os terrenos nessa zona estão sobreavaliados e não existem aí Escolas da ULisboa, ao que o Reitor responde que, infelizmente, não há muita abertura da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (que faz a gestão do património imobiliário do Estado e dos institutos públicos) para a valorização do património do Estado.

Continuando com as boas notícias, o Reitor informa que a CMLisboa fez um pré-acordo com a Universidade para entregar uma Residência num edifício junto ao IST, com mais de 300 camas. Este

acordo implicará um pagamento de renda à CMLisboa, de valor mais baixo do que o que se paga hoje em Residências alugadas. O fim da obra está previsto para final de 2020 e a gestão será dos SAS.

Relativamente ao Pavilhão de Portugal, o Reitor informou que o projeto já foi entregue e está em fase de revisão, após o que irá a aprovação da CMLisboa.

Espera começar a intervenção no Pavilhão de Portugal em meados de 2019 e que a obra dure cerca de 1 ano e meio. Para fazer a obra terá de ser vendido o Palácio Centeno (antiga Reitoria da UTL), que foi de novo ao mercado.

Ainda sobre o ponto de situação de obras, o Reitor informou que o edifício da Faculdade de Medicina está a ser concluído e que se iniciará o trabalho de alteração do projeto de ampliação da Faculdade de Letras, de modo a que possa ser viabilizada a construção em 2 fases, o que permitirá a demolição dos pré-fabricados existentes.

Informou, ainda, que foi revisto o contrato de aluguer do Horto do Campo Grande, que passou de 1.000€ mensais, a renda com que foi transferido do património do Estado para a ULisboa, para 10.551€ mensais, num contrato por 5 anos.

Referiu que será desenvolvido, em 2 fases, um projeto de arquitetura para um espaço disponível junto ao Horto do Campo Grande.

Reiterou a sua preocupação com o impacto salarial da integração dos precários, pois levará a uma subida de 10% a 15% da massa salarial. Embora uma parte seja paga pela FCT, teme que um eventual atraso de muitos meses no reembolso desses salários por parte da FCT possa causar problemas de tesouraria nalgumas Escolas.

A propósito, referiu que o número de concursos de recrutamento de pessoal de carreira caiu em 2018, em relação a 2017 (apesar de ter autorizado a abertura de 170 concursos só abriram 116), porque houve receio nas Escolas das consequências que a implementação do PREVPAP venha a ter na gestão financeira.

Retomando a informação de que, de acordo com o OE não podemos aumentar mais de 3% da massa salarial em 2019, sabendo que há um conjunto de contingências que vão implicar aumento dos vencimentos, teremos como consequência a diminuição da possibilidade de concursos/recrutamento. Teme que esta situação possa vir a introduzir conflitualidade na gestão interna da Universidade, porque terá de fazer alguns Despachos a condicionar as contratações nas Escolas.

No alinhamento de uma questão do Conselheiro Dr. Jaime Gama, o Reitor informou que a redução das propinas em 200€ por ano tem um impacto na ULisboa, num ano normal, na ordem dos 7.500.000€. O impacto no sistema do ensino superior em Portugal será próximo dos 50.000.000€.

Além disso, continuou, não está previsto no OE o valor para compensar a descida das propinas, nem a integração dos precários, nem a contratação dos pós-doc abrangido pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, e que não serão pagos pela FCT.

Face a este cenário, o Reitor disse esperar algum reforço por parte do Ministério das Finanças, para compensar o valor da descida das propinas, mas considerou que essa eventual disponibilidade orçamental seria muito melhor utilizada no aumento do número de Bolseiros da Ação Social, ou do valor das bolsas, ou na construção de mais residências de estudantes.

O Reitor informou, então, que foram recebidas duas propostas, de grupos Chineses diferentes, para criar uma Instituição de Ensino Superior na China:

1-Criar uma *Joint University* com a Universidade de Xangai (a China tem várias Universidades deste tipo, por exemplo com universidades Americanas e Inglesas), numa cidade a 500 Km de Xangai.

Aparentemente, o Ministro da Educação Chinês faz uma avaliação negativa do modelo que foi implementado nos últimos anos, porque considera que não promoveu a mudança cultural das Universidades Chinesas, como se pretendia. Assim, a proposta foi alterada para a criação de uma *Joint School* com a mesma universidade, que corresponde a criar uma faculdade dentro da Universidade de Xangai.

A proposta que está em fase de negociação, implica a criação de 1º e 2º ciclo em Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica e Engenharia do Ambiente.

As cadeiras base/estruturantes terão de ser lecionadas por docentes da ULisboa, sendo 30% das aulas asseguradas por docentes da ULisboa. A gestão académica será da responsabilidade da ULisboa,

havendo a possibilidade de recrutar 30% dos Professores no mercado internacional. A ULisboa não fará qualquer investimento financeiro na China em qualquer parte do processo, que implicará ainda a mobilidade de alunos Chineses para Lisboa.

Neste processo a Universidade teve um apoio importante do Embaixador de Portugal na China.

2 - Grupo privado chinês com Universidades privadas no país propõe a criação de uma Universidade de Lisboa em Zhuhai, muito perto de Macau.

O modelo da relação deve ser de prestação de serviços, mas não de participação no capital social, definindo a ULisboa os termos do projeto de arquitetura e tendo a responsabilidade da gestão académica.

Em ambas as propostas, o ensino da língua portuguesa deve ser garantido.

Tomada a palavra, a Presidente do Conselho Geral, Dra. Leonor Beleza, solicitou ao Conselheiro Professor Emílio Ribeiro que fizesse o ponto de situação do trabalho do Grupo de Auto-avaliação da ULisboa (GAU), nomeado pelo Conselho Geral da Universidade, sob proposta do Reitor.

O Conselheiro Professor Emílio Ribeiro informou que já terminara a 2ª fase do processo (recolha de dados relevantes) por parte das 9 equipas criadas (Ensino & Formação, Estratégia Tecnológica/Informática, Extensão Universitária, Infraestruturas, Internacionalização, Investigação, Laboratórios, Recursos Financeiros e Recursos Humanos), que envolveram cerca de 70 pessoas, representando as áreas da Universidade.

Cada equipa tem um membro responsável, que entregará um relatório da sua área até dezembro. Estão previstas visitas a algumas Escola. Há já muito trabalho feito.

O Conselheiro Estudante Pedro Roque (responsável pela equipa de Infraestruturas) referiu que algumas Escolas revelam dificuldade em fornecer informação ao GAU.

O Reitor, retomando a palavra, informou que a A3ES vai abrir concurso para certificar os Sistemas de Gestão da Qualidade das instituições de ensino superior, de forma a que não seja necessário fazer a Certificação pela A3ES de todos os Cursos.

As Escolas já estão a trabalhar neste assunto (no caso das Escolas que não tenham feito a avaliação dos Docentes não poderão ter o sistema certificado), algumas avançarão já no próximo mês de março e outras só em março de 2020.

Tomando a palavra, a Presidente do Conselho Geral, Dra. Leonor Beleza, informou que o Dr. Carlos Monjardino renunciou ao cargo de Conselheiro no Conselho Geral da ULisboa, de forma que os Conselheiros eleitos terão de proceder às diligências necessárias à sua substituição.

Marcou a próxima reunião para dia 22 de janeiro de 2019 e desejou Boas Festas e Feliz Ano Novo aos presentes e a toda a comunidade da ULisboa.

A Conselheira Professora Margarida Espanha felicita o Reitor e a equipa reitoral pelo Relatório e pelo apoio aos estudantes deslocados, instando cada um a ter um papel ativo nas questões de responsabilidade social, e informa que um Aluno da FMH fez, artesanalmente, um cartão de Natal para cada um dos membros do Conselho Geral da ULisboa.

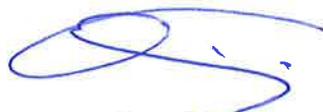
Durante esta reunião tomaram posse os Conselheiros substitutos dos Estudantes que terminaram o seu mandato: Joana Fernandes Gomes e Miguel Serafim Santos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente reunião, pelas 10h50m, e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.



Leonor Beleza

Presidente do Conselho Geral



Dr.ª Graça Pissarra

